



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 35ª reunião, realizada em 14 de novembro de 2018

1 Em 14 de novembro de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara de
2 Atividades Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente
3 e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Breno Esteves
5 Lasmar, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Daniel
6 Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
7 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Luis Gustavo D'Ávila Riani,
8 da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Verônica Ildelfonso Cunha
9 Coutinho, da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais
10 (Seccri); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Julio Cesar Dutra Grillo, do Instituto
12 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Luiz
13 Henrique Passos Rezende, do Departamento Nacional de Produção Mineral
14 (DNPM). Representantes da sociedade civil: João Carlos de Melo, do Instituto
15 Brasileiro de Mineração (Ibram); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato
16 da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Maria Teresa Viana
17 de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
18 Hidrográficas (Fonasc); Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de
19 Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira
20 Luz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em**
21 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
22 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Breno Esteves Lasmar
23 declarou aberta a 35ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3)**
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Carlos
25 Henrique/Associação Comunitária de São Gonçalo do Baçõ: “Eu sou advogado
26 da Associação Comunitária de São Gonçalo do Baçõ. A razão pela qual eu
27 venho é que, mediante uma provocação da conselheira Maria Teresa, foi feita a
28 convocação do servidor Marcos Vieira, que o analista ambiental que se fez
29 presente em um determinado empreendimento. E eu gostaria da atenção do
30 Conselho por 3 minutos para dizer a respeito do empreendimento ou então
31 sugerir que fosse feito um relatório e inserção em pauta, mediante sugestão da
32 conselheira Maria Teresa. Apresentasse um relatório, encaminhasse aos
33 conselheiros, para que todos estejam cientes a respeito disso. Trata-se da
34 Baçõ Logística S/A. Eu acho que os conselheiros não estão cientes da
35 situação ou não foram instruídos, não estão prontos, enfim, para interrogar o
36 analista ambiental Marcos Vieira.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto:
37 “Senhor presidente, esse empreendimento está em qual categoria? É mineração

38 ou infraestrutura?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Em uma
39 reunião, que já faz um tempo, eu dei o informe da situação e requeri
40 esclarecimentos. Então, eu acredito que vão ser trazidos hoje os
41 esclarecimentos. Eu vou requerer mais uma vez que, quando houver retorno de
42 demanda, seja incluído na pauta, mesmo que seja em ‘Assuntos Gerais’.
43 Porque se tomarmos conhecimento de que existe retorno de uma demanda
44 dessa de conselheiros, nós podemos até antes estar a par para poder contribuir.
45 Esse é o retorno, saber como essa questão está sendo tratada. Nós, do
46 Fonasc, requeremos isso.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “A Secretaria
47 Executiva trouxe um quadro com todas as pendências de requerimentos que
48 foram apresentados aqui pelo Conselho. Nós estamos aguardando a assessora,
49 a Vânia, porque ela ficou em despacho ontem com o secretário adjunto para
50 acertar algumas questões, e nesse conteúdo vai trazer, inclusive, algumas
51 respostas referentes a esse assunto.” Conselheiro Francisco de Assis Lafeté
52 Couto: “Se estiver dentro da mineração, nós podemos discutir. Agora, se estiver
53 em infraestrutura, mesmo que seja terminal de minério de ferro, esse processo
54 não vai ser licenciado pela Câmara de Mineração, então, estaria extemporâneo
55 dentro da nossa discussão aqui.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Nós
56 estamos aguardando confirmação referente a esse tema, e o técnico da Supram
57 está aqui e, eventualmente, vai poder esclarecer alguma questão.” Conselheira
58 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Já que teve um inscrito sobre esse
59 assunto, e ainda não houve essa apresentação, eu sugiro que, então, depois,
60 seja dada a palavra a partir do momento que tiver alguma contribuição sobre
61 essa apresentação. Eu vejo mais sentido nisso.” Presidente Breno Esteves
62 Lasmar: “A questão é que nós temos 30 minutos, de acordo com o Regimento,
63 para tratar de todo o tema de ‘Comunicados dos Conselheiros e Assuntos
64 Gerais’. Como é um assunto extrapauta, nós teremos que esgotar essa
65 discussão nesse tempo e nesse tema. Você tem condições de fazer esse
66 esclarecimento hoje sobre o projeto do requerimento que foi apresentado pela
67 conselheira?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu acreditei
68 que tinha sido realmente planejado quando fosse retornar. Se não houve uma
69 preparação, eu sugiro que seja colocado na próxima pauta e seja inserido como
70 uma apresentação sobre a situação de uma forma, inclusive, para os demais
71 poderem até acompanhar isso de uma forma melhor, mais adequada.”
72 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu vou acatar a sugestão da conselheira de
73 forma que, na próxima reunião, tenhamos tempo suficiente para uma
74 organização melhor dos fatos, das ideias, da vistoria. Que se possa trazer um
75 relatório que apresente esclarecimentos. Se for o caso, conselheira, poderia até
76 junto com a Secretaria Executiva reforçar o pedido apresentando quais são as
77 dúvidas específicas, e na próxima reunião trataríamos desse tema de forma
78 mais adequada.” Carlos Henrique/Associação Comunitária de São Gonçalo do
79 Baço: “Eu agradeço, senhor presidente, e peço também se os conselheiros
80 aceitariam um relatório próprio da Associação Comunitária de São Gonçalo do

81 Bação, que é a entidade civil que está à frente das denúncias em relação a esse
82 empreendimento. Se não se importariam que, mediante a conselheira Maria
83 Teresa, nós apresentássemos, com alguma antecedência à reunião, o relatório.”
84 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Sendo de competência da Câmara, ela vai
85 poder apresentar, esclarecer, trazer as dúvidas, formular denúncias, todo tipo
86 de ação que é necessária. O ponto importante é sabermos se esta Câmara é
87 competente para tratar do tema. Sendo, estaremos tranquilos. Não sendo,
88 acredito que poderíamos encaminhar para a Câmara competente, e também se
89 poderia dar a mesma tratativa. É só uma questão referente à competência. Mas
90 isso vai ser esclarecido, e o técnico também vai poder nos auxiliar a partir do
91 enquadramento. Então, nós teremos condições, na próxima reunião, de tratar
92 disso de forma adequada.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
93 “Só para dar um informe. No dia 30, houve o licenciamento do alteamento de
94 Itabiruçu, nesta Câmara – estava outro representante do Fonasc –, para a cota
95 850. Eu tomei conhecimento, agora no dia 7, que teve um sismo de pequena
96 magnitude, a 7,5 km de Itabiruçu, neste ano. E em agosto teve um outro. Eu
97 quero que conste em ata que, reiteradamente, o Fonasc vem trazendo a esta
98 Câmara, quando se trata de empreendimentos no Quadrilátero, a questão da
99 alta incidência de sismos de pequena magnitude. Os sismos de pequena
100 magnitude, embora o nome seja dado de ‘pequena magnitude’, no caso do
101 rompimento da barragem de Herculano, que eu, como conselheira do Fonasc,
102 acessei o processo, e foi quando eu tomei conhecimento da relação de um
103 sismo de pequena magnitude em abril, que foi o início do causador do
104 rompimento, em setembro, em plena época de estiagem, com a barragem seca
105 na superfície. Isso está em laudos técnicos. No caso do rompimento da
106 Samarco, na auditoria independente internacional, apesar de terem outros
107 fatores que foram realmente que levaram ao rompimento, também está lá
108 colocado que o sismo de pequena magnitude nas proximidades da barragem de
109 Fundão, provavelmente, foi o gatilho do rompimento. Eu estou fazendo questão
110 de trazer a esta Câmara, mais uma vez, para que fique registrado. Nós, que
111 estamos tentando entender e buscar o conhecimento sobre isso no
112 Quadrilátero, estamos extremamente preocupados porque, se um sismo desse,
113 em vez de ser 1.8, for dois pontos mais ou três, e se acontecer embaixo de uma
114 estrutura de rejeito que não foi construída nesse cenário – e nós temos mais de
115 200 nesse território –, nós vamos ter novas tragédias. Eu estou, realmente,
116 preocupada, eu não imaginei que ia ver, que no próprio dia em que foi
117 concedido, foi por acaso que eu descobri, no dia 7, e teve mais um sismo de
118 pequena magnitude no contexto das dezenas barragens em Itabira. E quando
119 eu fui pesquisar, entre 2016 e 2018, teve quatro naquela região. Um deles,
120 embaixo da estrutura Piabas. E finalmente em relação a Itabira, recebemos
121 várias ligações, preocupados com o que estavam dizendo que achavam que era
122 a barragem de Santana, da Vale, em Itabira. Eu localizei que tinha mesmo uma
123 barragem chamada Santana, encaminhei o e-mail ao secretário Germano, foi

124 respondido pelo responsável pela Sufis, que tinha enviado uma equipe para
125 verificar in loco. Demandamos, então, o retorno sobre como foi essa vistoria.
126 Ainda não recebemos nenhuma informação. Então, que fique registrado esse
127 informe, que nós entendemos muito grave, e esse assunto tem que ser
128 devidamente tratado, o que não está acontecendo.” Presidente Breno Esteves
129 Lasmar: “Está feito o registro. Eu vou pedir à Secretaria Executiva também que
130 possa fazer os devidos registros dessa sua preocupação e solicitar que seja o
131 assunto também levado para deliberação junto aos nossos secretários quanto
132 aos encaminhamentos que serão dados e o retorno que você está guardando
133 com relação a isso.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu corroboro a fala
134 da Teca e gostaria que constasse em ata. Eu acho importante porque, quando
135 tivermos novos rompimentos, esses assuntos têm que vir à tona. E espero que,
136 finalmente, sejam tratados com a devida atenção.” Conselheiro Newton Reis de
137 Oliveira Luz: “Eu queria agradecer a presença de alguns dos conselheiros que
138 aqui estão, que participaram conosco da reunião que nós fizemos na semana
139 passada, para conhecer também os demais membros da Câmara. Nós fizemos
140 uma reunião no Crea de apresentação do nosso projeto de especialização de
141 fiscalização da mineração. Inclusive, o seu representante estava lá, o Julio
142 estava, o João também estava, e outros colegas, e o presidente da FEAM
143 estava lá também. O nosso projeto, basicamente, visa buscar uma integração
144 com as instituições do segmento minerário visando à regularização das
145 profissões, não só dos profissionais, mas de todas as entidades de base
146 tecnológica, para que possam, de alguma forma, propiciar a maior integração da
147 fiscalização. Não só a nossa, do Crea, como fazemos as fiscalizações
148 preventivas em conjunto com outras instituições. A oportunidade aqui é mais de
149 agradecer e comunicar que houve esse encontro.” Presidente Breno Esteves
150 Lasmar: “Obrigado, inclusive, o retorno que nós tivemos das equipes que
151 participaram foi muito positivo, falaram que há um cenário futuro de bons
152 trabalhos conjuntos, que foi conseguido identificar, e nós acreditamos que vai
153 trazer uma melhoria da forma de atuação dos órgãos em geral de fiscalização,
154 cada um em sua competência, porém fazendo uma avaliação mais completa
155 das atividades, dos empreendimentos e de todas essas preocupações.
156 Conselheiros, reforçando, como houve o pedido, nós vamos solicitar à
157 Secretaria Executiva que encaminhe os aspectos para o nosso secretário
158 adjunto, os devidos encaminhamentos. Acredito que dentre esses
159 encaminhamentos nós temos a Agência de Mineração, que também deverá ser
160 acionada, até por questões de competência de segurança de barragens. E nós
161 vamos poder, então, dar as tratativas mais adequadas a isso. Eu quero registrar
162 aqui, bem-vindo, conselheiro do DNPM, Luiz Henrique Passos Resende, que
163 está tomando posse hoje e assumindo a vaga junto à Câmara. Seja bem-vindo.”
164 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Tem 5 minutos no tempo de
165 ‘Assuntos Gerais’? Porque eu posso mostrar o mapa para ter a localização.
166 Enquanto isso, eu dou um outro informe. Eu estive em uma reunião da

167 AngloGold, em Raposos, ontem, com a comunidade. Essa reunião foi a primeira
168 que eu assisti em que a empresa apresenta um plano de emergência atendendo
169 às determinações do PAEBM. Eu fiquei muito surpreendida porque não
170 esperava que em uma reunião dessas, por exemplo, uma pergunta clara que eu
171 fiz, após a apresentação, que foi 'a qual distância estão as primeiras pessoas
172 na rota da onda em caso de rompimento da estrutura', e a equipe que
173 apresentou não soube informar. Tinha pouca gente. Depois quando fomos
174 saindo com a comunidade é que parece que houve uma entrega. Em uma rua,
175 entregavam um folheto em uma casa, mas não informaram todos. Então, no
176 final da reunião, tinha pessoas que estavam passando na escola e perguntando:
177 'O que está acontecendo aqui?' E aqueles poucos que foram disseram 'está
178 acontecendo isso'. São pessoas que estão preocupadas, porque estão ali na
179 região mais próxima, que chegaria a Raposos. Então, eu quero que fique
180 registrado em ata que eu me manifestei na ocasião. Eu disse que eu entendo
181 que, se é um plano de emergência, tem que ser feito de uma outra forma, tem
182 que ser realmente para que toda a comunidade saiba. E não há como fazer um
183 plano mostrando mapas com um zoom bem longe, onde se mostra uma mancha
184 de inundação sem trazer mais detalhes. E tinha a Defesa Civil, representante de
185 Raposos, e disse que, enquanto estava vendo a rota de fuga para essas
186 pessoas ou para essas comunidades, me parece que disse que em 8 minutos
187 estariam a salvo. Eu deixei claro que não acredito que moradores em uma onda
188 de inundação, com 20 minutos ou 15, vão conseguir autossalvarem se a rota de
189 autossalvamento ainda tem que correr 8 minutos para chegar a um lugar
190 seguro. Eu estou ficando realmente estupefata, como é que está sendo tratado
191 pelas empresas a questão das barragens de rejeito. Eu quero registrar, porque
192 eu fui lá para assistir como é que era e fui surpreendida com essa situação.
193 Falei para os funcionários que eles têm que demandar da empresa, porque
194 estão assinando embaixo disso. E nós vamos depois formalizar ao Estado em
195 relação a isso ou ao DNPM, que eu acho que é a competência, uma situação
196 real que nós testemunhamos. Já sugerimos à comunidade que manifesta
197 quantas pessoas não foram informadas no próprio bairro onde estava tendo a
198 reunião, para demandar uma nova reunião. E estão fazendo o seguinte. A
199 AngloGold fez primeiro a reunião com os vereadores, dentro da empresa, com
200 questão de que não participasse mais nenhum ator. Fez reunião com os
201 prefeitos. E agora está fazendo as reuniões fragmentadas. Teve uma moradora
202 que disse: 'Mas não adianta fazer achando que só as pessoas desse bairro têm
203 que escutar.' Tem crianças em Raposos que são de outros bairros e que
204 estudam nessa escola. Se essa escola está na onda de inundação, cada vez
205 que tocar a sirene – porque eles disseram onde vai ficar a sirene em Raposos –,
206 nós vamos entrar em pânico, porque as nossas crianças estão aqui. O que a
207 empresa alegou é: 'É melhor fazer pontualmente só com as comunidades que
208 vão ser atingidas.' E os poucos moradores que foram disseram para a equipe
209 da AngloGold que a coisa é sistêmica, porque a cidade toda, o rio das Velhas e

210 a lama passam por dentro de Raposos. Então, é toda a comunidade que tem
211 que ser atendida pelo plano de emergência, no sentido de conhecer, entender,
212 apontar ou tratar desse assunto. Então, eu estou requerendo – depois vamos
213 fazer formalizado – que esse assunto foi a primeira reunião que eu assisti, para
214 até entender como conselheira e como cidadã. É muito grave o que está sendo
215 tratado de plano de emergência sem nem informar a que distância estão as
216 primeiras pessoas em caso de rompimento de uma estrutura. E isso foi feito
217 pela Vale, em Itabira, quanto a Itabiruçu. Teve pessoas lá, e uma das perguntas
218 foi: ‘Quais as comunidades que estão na rota?’ E a resposta dada foi: ‘Isso nós
219 vamos tratar com as comunidades.’ Era uma audiência na Câmara de Itabira,
220 com a presença do Sr. Rodrigo Ribas, da Suppri. O modo de tratar a questão de
221 plano de emergência, independente se o nome é Vale ou AngloGold Ashanti,
222 nós temos hoje já uma situação real, que não informar direito quais as
223 populações ou a distância, esses elementos, não está sendo trazida visibilidade.
224 A resposta é que isso vai ser tratado com cada comunidade. No nosso
225 entendimento, é inviável, porque se trata de toda uma conjuntura muito mais
226 ampla. Nós vimos no rompimento da Samarco que chegou, inclusive, ao
227 oceano.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheira, eu vejo também que
228 há uma competência clara referente à Defesa Civil, tanto municipal quanto
229 estadual, que possa auxiliar nessa questão. A partir, então, da formalização do
230 seu requerimento, nós podemos fazer um contato com essas unidades da
231 Defesa Civil pedindo para que haja um apoio e uma atenção com relação à
232 abrangência da forma de treinamento e de orientação à população e à
233 sociedade em geral.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Itabira
234 e sismos. Aquelas marcas em laranja são as estruturas que estão no Plano
235 Nacional de Segurança de Barragem de 2017, em Itabira. A Itabiruçu, mais
236 embaixo, perto daquela área azul, e os sismos estão marcados. O de
237 30/10/2018 está marcado. Em 2018, teve um outro, no dia 21 de agosto, na
238 mesma região. Quando eu usei o mecanismo de medir a distância, dá em torno
239 de 7.5 a 8, embora eu não tenha a localização certa onde está realmente a
240 estrutura onde haveria o rompimento. Então, é uma coisa mais ou menos. Mas
241 aquele outro, de 22/6/2016 foi embaixo daquele conjunto. Aquela que está mais
242 próximo é Piabas. Então, eu quero trazer isso porque realmente nós estamos
243 muito preocupados com essa situação.” Presidente Breno Esteves Lasmar:
244 “Feito o registro, e eu peço, se a conselheira permitir, que a Secretaria
245 Executiva possa usar a sua imagem nos encaminhamentos que serão dados
246 também. Aí, nós vamos poder, de forma mais adequada, indicar para os órgãos
247 de segurança de barragem a preocupação que a conselheira colocou. Nós
248 encaminháramos não só o registro em ata, feito de forma integral, como foi
249 solicitado, como a imagem apresentada.” **4) EXAME DA ATA DA 34ª REUNIÃO**
250 **DA CMI**. Aprovada por unanimidade a ata da 34ª reunião da Câmara de
251 Atividades Minerárias, realizada em 30 de outubro de 2018, com as seguintes
252 alterações: – Linha 361, substituir a expressão ‘área de projetos’ por ‘AIA

253 (Avaliação de Impactos Ambientais) de projetos'; – Linha 366, suprimir a palavra
254 'adequações'; – Linha 896, a expressão correta é "Pelo que entendi..."; – Linha
255 1.237, substituir a palavra 'dispersar' por 'dispensável'; – Linha 1.242, substituir
256 a palavra 'necessário' por 'desnecessário'. Votos favoráveis: Ibram, Sindiextra,
257 Crea, Segov, Sedectes, Codemig, Fonasc, Ibama, Cefet e Seccri. Abstenção:
258 DNPM. Ausência: Federaminas." **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
259 **EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 5.1) Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.**
260 **Pilhas de rejeito/estéril. Araxá/MG. PA 00078/1980/060/2018, DNPM**
261 **35.101/1946. Classe 6. Apresentação: Supram Triângulo Mineiro e Alto**
262 **Paranaíba. Retorno de vista: Fonasc, Ibram e Sindiextra. Conselheira Maria**
263 **Teresa Viana de Freitas Corujo: "Como é uma Licença de Operação cuja LO e**
264 **LI concomitantes passaram nesta Câmara, nós consideramos importante trazer**
265 **no parecer de vista que, na ocasião, nós questionamos que deveria baixar em**
266 **diligência por uma série de questões que nós entendemos que colocavam em**
267 **risco se decidir sobre viabilidade ambiental. No nosso parecer de vista na**
268 **ocasião da LP+LI, nós apresentamos as principais questões, porque envolviam**
269 **um novo layout que não foi apresentado, informações complementares a**
270 **respeito dos aspectos hidrogeológicos da área diretamente afetada e a de**
271 **influência direta, informações sobre a relação dessa ampliação com o**
272 **licenciamento de novas lavras, novas barragens, sendo uma delas a montante.**
273 **Então, na época, nós trouxemos esse entendimento, defendemos esse pedido**
274 **de baixa em diligência, e infelizmente o presidente da reunião não acatou, foi**
275 **colocado em votação e concedida a LP com a LI, e hoje está se pautando a LO.**
276 **O nosso entendimento, do Fonasc, é pelo indeferimento da LO, porque, a nosso**
277 **ver, a Licença Prévia com a LI não deveria ter sido concedida. Nós trouxemos**
278 **também no parecer, além dessa questão que envolveu as primeiras licenças, na**
279 **época, a razão porque votamos contrário, para ficarem registradas mais uma**
280 **vez todas as questões. Estamos reiterando no parecer de vista a situação de**
281 **Araxá, que é mais um município que escolheu um caminho, e que vem sendo**
282 **reiteradamente ampliados todos esses impactos. No que nós colocamos no**
283 **parecer de vista, tem as estruturas com rejeito. Segundo o Plano Nacional de**
284 **Segurança de Barragem de 2016, são seis. Existem áreas contaminadas sob**
285 **intervenção. E a localização do complexo hidrotermal e hoteleiro de Araxá e**
286 **também uma área tombada pela Constituição Federal no conjunto desse**
287 **território. Essa não é uma região considerada de alto risco sísmico. Mas, em**
288 **relação a Araxá, nós entendemos – como na época já trouxemos – que essa**
289 **região teria que começar a tratar novos licenciamentos, seja de ampliações,**
290 **seja de novos empreendimentos nesse conjunto, com uma avaliação sistêmica,**
291 **principalmente no contexto hidrogeológico ou, principalmente, hídrico. Porque é**
292 **uma situação grave, porque está muito próximo, inclusive, de um grande projeto**
293 **turístico e da população. Esse é o nosso voto. Nós somos contrários à Licença**
294 **de Operação, somos pelo indeferimento, pelas razões aqui apontadas. E**
295 **queremos requerer que esse documento seja anexado à decisão que houver**

296 desta Câmara.” Conselheiro João Carlos de Melo: “O nosso pedido de vista foi
297 apresentado dentro do prazo regulamentar estabelecido, fazendo referência a
298 esse processo da Mosaic Fertilizantes, que é uma Licença de Operação de
299 rejeito estéril no município de Araxá, como já foi citado. O processo é o PA
300 00078/1980/060/2018, DNPM 35.101/1946. O nosso pedido de vista conjunto
301 Ibram e Sindiextra é favorável ao licenciamento, de acordo com o que já foi
302 apresentado e discutido, em comum acordo com o que já foi definido pelo
303 próprio Parecer Único da Supram Triângulo. Então, sugerimos o deferimento da
304 licença ambiental na fase de Licença de Operação LAC 2. Nesses termos, os
305 conselheiros que abaixo assinam, eu, como representante do Ibram, e o
306 Francisco Couto, representante do Sindiextra, somos plenamente favoráveis à
307 LO do empreendimento pilha de estéril e rejeito da Mosaic Fertilizantes P&K
308 Ltda., em Araxá.” Caroline Fávaro Oliveira/Mosaic Fertilizantes: “Esse
309 empreendimento já está em Licença de Operação. Nós tivemos intervenções
310 licenciadas aqui por esta Câmara, e a pilha já está instalada. Então, todas as
311 intervenções na área de preservação permanente já foram executadas, de
312 acordo com a autorização que nós obtivemos. Em relação a outro ponto
313 apontado no parecer, a anuência da prefeitura também foi apresentada
314 tempestivamente, de acordo com a legislação, durante o momento de
315 formalização do processo de Licenças Prévia e Instalação. Nós fomos
316 procurados também por uma ONG da região, a Angá, e eles pediram para
317 fazermos monitoramento de uma espécie endêmica da região, que é o tapaculo
318 de Brasília, uma ave. Nós já concordamos e vamos incluir, inclusive, no
319 monitoramento de avifauna, que já é feito de acordo com a previsão da
320 condicionante 6. Então, são esses esclarecimentos. Se ficar mais alguma
321 dúvida, nós estamos à disposição.” Presidente Breno Esteves Lasmar:
322 “Conselheira, tem alguma dúvida?” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
323 Corujo: “Não, porque na realidade a Licença Prévia com a Licença de Instalação
324 já foi concedida, os fundamentos e as questões que nós levantamos como
325 justificativa não foram considerados. Então, nós nem entramos no mérito dos
326 aspectos da LO, porque é uma questão de lógica que, se consideramos que
327 não era possível naquela época conceder a Licença Prévia, porque estávamos
328 tratando de viabilidade ambiental, não tem o menor sentido agora, independente
329 da decisão tomada, tratarmos da LO como se não tivessem havido esses
330 questionamentos. Então, nós não vamos entrar no mérito da LO, para deixar
331 bem configurado que nós entendemos que essa licença não poderia ter sido
332 concedida.” Caroline Fávaro Oliveira/Mosaic Fertilizantes: “Esse
333 empreendimento, como eu já disse, já está instalado, e nós já implementamos
334 todos os controles ambientais. É um empreendimento que já está em operação
335 há muitos anos. Essa pilha é a última ampliação que nós temos, foi feita a
336 vistoria da Supram, está tudo regular. Nós estamos seguindo para a próxima
337 fase do licenciamento ambiental, que é a Licença de Operação, conforme a
338 licença concedida. Não vemos nenhuma irregularidade do empreendedor nesse

339 empreendimento.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “No parecer de vista
340 apresentado pelo Ibram e pelos Sindiextra, há uma série de proposições com
341 relação a condicionantes. À equipe da Supram Triângulo, eu vou pedir, por
342 favor, que possam se manifestar.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto:
343 “Senhor presidente, essas condicionantes que estão no processo, falando que
344 estão cumpridas as condicionantes. Não há proposição nossa.” Presidente
345 Breno Esteves Lasmar: “Não há proposição de adequação?” Conselheiro
346 Francisco de Assis Lafetá Couto: “Não. São as condicionantes que já foram
347 cumpridas pela empresa.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Só um destaque,
348 realmente.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto: “Exatamente.”
349 Conselheiro João Carlos de Melo: “A relação das condicionantes é só no
350 sentido de esclarecer, essas condicionantes já foram cumpridas.” Presidente
351 Breno Esteves Lasmar: “Algum outro crescimento, senhores conselheiros?”
352 José Augusto/assessoria jurídica da CMI: “Só para fazer o destaque abordando
353 rapidamente essas questões colocadas pela conselheira do Fonasc, só para
354 fins de registro também, estão sendo colocados alguns argumentos, e é válido
355 ouvirmos outros pontos de vista. Por uma coerência, é compreensível também o
356 posicionamento da conselheira. Mas, processualmente falando, as questões
357 locacionais já foram abordadas no processo anterior, de Licenças Prévia de
358 Instalação, então, não é mais o momento apropriado para abordarmos isso, já
359 que houve preclusão processual. O mérito do processo hoje é a concessão da
360 Licença de Operação. O cerne do debate, de uma eventual questão, deveria ser
361 as questões referentes à operação, ao processo de LO, e a questões nesse
362 sentido. Essas outras questões já foram superadas, temos hoje uma licença
363 concedida, com presunção de veracidade e legitimidade, votada pela maioria do
364 Conselho. Então, essa licença está válida, e existem condições normativas para
365 que essa LO seja devidamente apreciada e julgada.” Conselheira Maria Teresa
366 Viana de Freitas Corujo: “Eu sei que esse é o entendimento que é sempre
367 colocado por parte do Estado. Lembrando que qualquer ato de decisão não é
368 eternamente impossível de se questionar, tanto é que existe o princípio da
369 autotutela do Estado. Então, a qualquer momento, o Estado pode rever seus
370 atos. Então, não podemos trazer que não é legítimo se tentar ou se trazer
371 questões mesmo já consolidadas em decisões, porque senão seria dizer que
372 qualquer decisão é eterna, quando nós sabemos no direito, e o que acontece é
373 que nós não temos uma prática do Estado e de determinados setores de cogitar
374 a hipótese de reverem seus atos, e isso pode ser feito a qualquer tempo. Então,
375 a atuação do Fonasc quando chega e traz essa coerência em relação a licenças
376 posteriores a licenças concedidas nas quais o Fonasc teve questões colocadas
377 e que defendeu aspectos que não estavam devidamente tratados, trazer de
378 novo aqui, mesmo com as licenças concedidas, mesmo com o projeto
379 implantado, mesmo com essas normativas, essas questões são um direito. E
380 dentro do arcabouço legal poderiam significar, em outro cenário, até a
381 possibilidade de o Estado e os conselheiros – nós, como agentes públicos –

382 revermos nossos atos. Embora essa não seja, infelizmente, a prática que
383 vivenciamos no âmbito ambiental versus, principalmente, mineração.” José
384 Augusto/assessoria jurídica da CMI: “Só para destacar, em nenhum momento
385 nós estamos desconsiderando a liberdade da conselheira de colocar os pontos
386 e debater. Eu acho que, pelo próprio caráter colegiado, isso é importante, e é
387 democraticamente válido esse debate, essa dialética, digamos, para chegar à
388 melhor decisão. Isso é sempre salutar e válido. A questão não é essa, nós só
389 estamos colocando também um outro contraponto, um outro argumento, de que
390 temos também, conforme as normas de direito administrativo e processual, um
391 processo já decidido e com uma licença já concedida. Mas, claro, nós
392 respeitamos a colocação da conselheira. E esse debate eu acho que é sempre
393 construtivo e com uma abertura, uma busca de construção de algo válido, isso
394 sempre gera bons resultados.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Senhores
395 conselheiros, não havendo mais algo a discutir sobre o processo, eu pergunto
396 se podemos colocar em votação. Em votação, então, o item 5.1 da pauta,
397 Mosaic Fertilizantes P&K, PA 00078/1980/060/2018. Peço aos senhores
398 conselheiros, por favor, que manifestem seus votos na forma do parecer da
399 Supram. Voto favorável: Ibram, Sindiextra, Crea, Segov, Sedectes, Codemig,
400 Ibama, DNPM, Cefet e Seccri. Ausência: Federaminas. Voto contrário: Fonasc.
401 Peço, por favor, que apresente a razão do voto.” Conselheira Maria Teresa
402 Viana de Freitas Corujo: “Eu requeiro que, então, as minhas falas nesse sentido
403 de justificar o nosso parecer de vista sejam transcritas na ata, na íntegra, e a
404 nossa justificativa do voto contrário já foi, então, manifestada tanto no parecer
405 quanto nas falas aqui já feitas.” **5.2) Vale S/A. Pilhas de rejeito/estéril. Rio**
406 **Piracicaba e Santa Bárbara/MG. PA 00118/1986/045/2013, DNPM 6.498/1961.**
407 **Classe 5. Apresentação: Supram Leste Mineiro. Retorno de vista: Fonasc,**
408 **Ibram e Sindiextra.** Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós
409 começamos o nosso parecer de vista colocando que, mais uma vez, essa
410 questão das reuniões extraordinárias praticamente de 15 em 15 dias restringe o
411 tempo de vista para seis dias úteis. Realmente tivemos esse pouco tempo de
412 olhar o processo a fundo nesse pouco prazo, porque além de ONG da
413 sociedade civil nós temos muitas demandas ambientais, no momento, ligadas à
414 mineração, em especial, mas conseguimos, apesar desse pouco tempo, colocar
415 algumas questões aqui sobre esse processo, que foram as que conseguimos
416 fazer nesse pouco tempo, que foram observadas. Primeiro, esse processo
417 minerário Água Limpa, nesses municípios de Rio Piracicaba e Santa Bárbara, é
418 muito claro, ao olhar o próprio Parecer Único, que é de uma grande
419 complexidade, porque realmente é um complexo minerário que envolve,
420 inclusive, muitos processos administrativos dentro do mesmo: o 0018/86. O que
421 demandaria, por si só, a necessidade de um tempo com mais calma para olhar
422 isso. De acordo com o Parecer Único apresentado, foi colocado que ‘com o
423 intuito de promover a regularização ambiental, a Vale obteve LP e LI
424 concomitantes em 2009, com validade de quatro anos, para ampliação dessa

425 pilha, em uma área útil de 53, no empreendimento denominado Água Limpa'.
426 Continua o parecer que 'o empreendimento pilha de estéril nessa mina possui
427 uma LO para 15,58 hectares, chamada de primeira etapa da operação da pilha
428 e esse processo corresponde à análise do processo referente aos 34,42
429 restantes'. Então, nós estamos tratando aqui de uma LO para parte de uma LP
430 com LI que foi licenciada em 2011. A pergunta que nós fizemos foi: se a LP e LI
431 tiveram validade de quatro anos, significa que ela expirou em 23/11/2013, tanto
432 é que não consta no quadro 2 'licenças concedidas vigentes da mina de Água
433 Limpa'. Então, qual a fundamentação legal para que, cinco anos depois de
434 vencida uma LP + LI, que são as fases antecessoras à LO, considere-se que é
435 possível pautar e deliberar sobre uma respectiva Licença de Operação? Na
436 página 2 do parecer, informa-se que, 'tendo em vista que os estudos
437 espeleológicos para a área do empreendimento não haviam sido apresentados
438 e analisados quando da análise do PA na fase de LP + LI, tais estudos foram
439 solicitados no âmbito do presente processo. É uma LO. A pergunta que o
440 Fonasc faz é: considerando que os referidos estudos não foram apresentados
441 na etapa de Licença Prévia, quando se avalia a viabilidade ambiental, conforme
442 determina a legislação, como a Supram Leste Mineiro solicita os referidos
443 estudos para a etapa de Licença de Operação? Consideramos importante
444 colocar no parecer uma situação que houve e que as pessoas dizem que
445 acontece vez ou outra, mas essa foi muito específica, de março de 2017. Nós
446 recebemos, inclusive com fotos, denúncias sobre a situação do rio Piracicaba.
447 Só que, infelizmente, não houve tempo para verificar a relação dessa situação
448 do rio com o empreendimento do complexo minerário da Vale chamado Água
449 Limpa, o que nós gostaríamos de ter feito até para descartar a possibilidade de
450 que isso que aconteceu no rio Piracicaba realmente não tem nada a ver com a
451 empresa. Achamos importante também colocar algo que sempre colocamos
452 quando se trata de grandes processos ou de processos na Bacia do Rio Doce,
453 que é a questão de como está impactada essa Bacia do Rio Doce por causa do
454 rompimento da Samarco. Porque nós entendemos e reiteramos mais uma vez
455 que deveria ter uma avaliação ambiental integrada e independentes desses
456 complexos minerários em suas continuidades, ampliações e novas estruturas à
457 luz desse novo cenário, que não há como desconsiderar como se tudo
458 estivesse continuando a mesma coisa em relação à disponibilidade hídrica,
459 biodiversidade, qualidade de vida da população ao longo da Bacia do Rio Doce.
460 Então, nós temos um entendimento dessa questão dessa forma. E por último
461 transcrevemos de novo no parecer de vista a questão do relatório do Tribunal de
462 Contas do Estado, no qual realmente está muito claro que a nossa estrutura
463 SEMAD, independente de qual a gestão, não está com condições realmente de
464 tratar da questão de mineração de ferro devidamente. E mesmo depois desse
465 relatório nós temos sido testemunhas disso e lamentamos. Então, nós nos
466 manifestamos pelo indeferimento e requeremos que esse documento seja
467 anexado ao processo." Conselheiro João Carlos de Melo: "Nós fizemos

468 apresentação do parecer de vista dentro do tempo regulamentar, que faz
469 referência à questão da pilha de rejeito e estéril nos municípios de Piracicaba e
470 Santa Bárbara, do empreendimento Vale, no processo administrativo
471 00118/1986/045/2013, DNPM 6.498/1961. O nosso parecer é plenamente
472 favorável ao Parecer Único apresentado. Nós conselheiros abaixo assinamos
473 manifestando pelo deferimento do pedido de Licença de Operação para a pilha
474 de estéril e rejeito. É o nosso parecer.” Presidente Breno Esteves Lasmar:
475 “Conselheira, nós temos duas dúvidas suas que foram levantadas que a
476 Supram vai poder esclarecer com mais detalhes, que são referentes à validade
477 da licença e à questão da espeleologia. Nós temos uma dúvida do parecer que
478 trata com relação à situação do rio Piracicaba, que você aponta aqui uma
479 situação que talvez possamos pegar algum tipo de informação com a Supram,
480 se chegou alguma denúncia, se há algo lá de registro. Não havendo, possamos
481 também questionar o empreendedor se ele sabe informar algo sobre o assunto.
482 Quanto ao relatório do TCE, trata-se de um processo específico, que já foi
483 avaliado, cujas implementações já foram realizadas, como apresentado aqui
484 pelo Sr. Rodrigo Ribas na última reunião. Então, eu acredito que a preocupação
485 que a conselheira coloca no parecer de vista de que foram identificadas
486 deficiências na adoção de padrões, normas e critérios, pelo próprio relatório
487 complementar que o Tribunal de Contas expediu ele reconhece a adoção desse
488 procedimento no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos
489 Hídricos de forma adequada os nossos processos. Eu vou passar a palavra,
490 então, para os representantes da Supram Leste. Peço, por favor, que possam
491 se manifestar sobre as dúvidas que foram levantadas pela conselheira.”
492 Emerson de Souza Perini/Supram Leste Mineiro: “Com relação ao pedido
493 apresentado pela conselheira, de fato, o empreendimento obteve uma Licença
494 Prévia e de Instalação considerando os impactos gerados pelo empreendimento
495 como um todo, e essa Licença Prévia e de Instalação foi concedida em 2009,
496 com validade até 23/11/2013. Essa LO que está sendo apreciada pelo Conselho
497 hoje, a sua formalização ocorreu no dia 21/11/2013, portanto, durante ainda a
498 vigência da Licença Prévia de Instalação. Então, não há que se considerar que
499 o empreendedor formalizou o presente pedido de LO intempestivamente, ou
500 seja, fora do prazo de validade da licença originalmente concedida.” Josiany
501 Gabriela de Brito Josiane/Supram Leste Mineiro: “Quanto à questão da
502 espeleologia, como a própria conselheira mencionou, a Supram, no momento
503 em que constatou, verificou, que na fase anterior não havia sido solicitado o
504 estudo espeleológico, a equipe prontamente solicitou o estudo ao
505 empreendedor para que fosse verificado possível impacto ao patrimônio
506 espeleológico. E foi constatado que não havia esse impacto. Cabe destacar
507 também que o processo foi formalizado como pilha de rejeito e estéril, mas é o
508 enchimento de uma cava desativada do empreendimento, uma cava já exaurida.
509 Portanto, os impactos inerentes da atividade já ocorreram em fase anterior.”
510 Presidente Breno Esteves Lasmar: “Conselheira, os esclarecimentos foram

511 realizados, e eu pergunto se atenderam às suas dúvidas.” Conselheira Maria
512 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Foi dada a resposta, e nós temos
513 questionamentos. Por exemplo, nós entendemos que, embora a prática e a
514 escolha do Estado seja, diante de uma situação dessa em que se comprova que
515 houve uma falha quando da LP, como serem necessários estudos
516 espeleológicos, e ter sido concedida a LP sem esses estudos, nós sabemos que
517 até no arcabouço legal existem outros caminhos que poderiam ser tomados,
518 inclusive, anular uma licença. E, no entanto, isso não é nunca considerado.
519 Então, eu sei que é a resposta que tem sido dada pelo Estado, nós entendemos
520 que isso realmente não é o único caminho legal, existem outros, mas existe uma
521 escolha política do Estado em relação a como entender essas questões. O que
522 nós lamentamos. Porque isso, inclusive, fere e até fomenta a continuidade de
523 aspectos que não são devidamente tratados pelos empreendedores, porque ‘se
524 por acaso eu não fizer, isso pode ficar para depois’. Nós não entendemos que
525 no meio ambiente, inclusive com os princípios da precaução e os direitos que
526 estão na Constituição, isso realmente tenha qualquer sentido. Em relação ao
527 relatório do TCE, informar que sempre tem sido respondido que o Estado já
528 apresentou um plano para atender tudo que foi resultado da auditoria, mas, por
529 exemplo, em relação à nova DN de audiências públicas, nós já formalizamos ao
530 TCE uma representação. Não houve tempo de informar sobre outros aspectos
531 em que houve as recomendações e que o Estado, essa gestão, não está
532 tratando da forma que foi recomendada. Mas no caso da DN das audiências
533 públicas nós já enviamos isso para o TCE, para deixar claro para o TCE que o
534 plano apresentado pelo governo em relação a esse caso das audiências
535 públicas realmente o que foi feito, apresentada a minuta pelo secretário de
536 Estado Germano e aprovado na Câmara Normativa e Recursal, apesar de todas
537 as interferências, viola completamente a recomendação do TCE. Pelo contrário,
538 ela foi na contramão do que havia de recomendação, e, para nós, piorou no
539 sentido que deveria ser a realização de audiências públicas. Só para trazer que,
540 quando colocamos o que a auditoria trouxe sobre a SEMAD, nós não
541 colocaríamos se verificássemos que realmente estava havendo um outro
542 tratamento das questões ligadas a licenciamento de empreendimentos de
543 mineração de ferro. Muito pelo contrário. Então, é importante porque nós
544 entendemos que, pelo menos como documento, isso tem que ficar registrado. É
545 um direito, e nós lamentamos que piorou muito desde a auditoria. Eu acho que,
546 se houvesse uma outra auditoria do TCE ou uma outra auditoria independente,
547 que se fossem olhar a fundo, nós tivemos uma deterioração muito grave desde
548 o PL 2.946 e todas as normas subsequentes, todas as instruções de serviço,
549 decretos, tudo que está envolvido. Então, nós entendemos que é bom que
550 conste porque isso é histórico e pode servir em algum momento no futuro para
551 outros cidadãos, as futuras gerações, terem até um arcabouço de que houve
552 uma tentativa de mudar esse paradigma violento para Minas Gerais.”
553 Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Como a solicitação para Licença de

554 Operação ocorreu em 2013, eu queria perguntar para o pessoal do Leste
555 Mineiro por que demoraram cinco anos para pautar aqui para nós, se foi por
556 causa dos estudos dessas cavidades, se foi esse o motivo. E outra pergunta. Eu
557 li no parecer sobre as cavidades que foram encontradas. É na área de influência
558 do empreendimento, não na área diretamente afetada. Pelo que eu entendi, só
559 tem uma cavidade em 15 que é de alta relevância, mas que sofrerá impactos
560 não tão significativos, impactos facilmente mitigáveis. Enfim, ela não vai ser
561 suprimida, não é na área diretamente afetada. Apesar de ter sido pedido, como
562 a conselheira Maria Teresa falou, tardiamente, tecnicamente falando, pelo que
563 eu estou entendendo, felizmente, os impactos nessa única cavidade de alta
564 relevância são facilmente mitigáveis. Eu queria que a equipe da Supram
565 confirmasse esse meu entendimento.” Josiany Gabriela de Brito
566 Josiane/Supram Leste Mineiro: “Cabe destacar que o decreto que instituiu os
567 estudos de cavidades é de 2008, o Decreto 6.640. A instrução de serviço do
568 Ministério do Meio Ambiente 02/2009 foi publicada em 2009, e tão logo foram
569 publicadas o Estado foi se adequando para atender essas normativas. E assim
570 foi ocorrendo também com os processos de licenciamento formalizados nas
571 Suprams. Em cada processo em que é detectado que não houve esses
572 estudos, prontamente eles são solicitados pelas equipes técnicas da Supram,
573 que ao longo do tempo foram recebendo os treinamentos. O próprio Estado
574 promulgou a instrução de serviço em 2014, que foi revisada no ano passado e
575 neste ano também. E os estudos espeleológicos vêm sendo agora, ao longo
576 dos anos, mais efetivos no Estado de Minas Gerais. Quanto às cavidades,
577 apesar de estarem em área de influência do empreendimento, estão na vertente
578 oposta à área diretamente afetada e não sofrerão nenhum tipo de impacto. Essa
579 cavidade de que foi demonstrado que possui uma projeção horizontal maior do
580 que 5 m, apesar de não ter tido um estudo de relevância que identificasse
581 mesmo a cavidade como de alta relevância, ela não sofrerá nenhum tipo de
582 impacto pelo empreendimento.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Uma outra
583 pergunta que precisa ser esclarecida, por favor, é com relação ao prazo. A
584 conselheira quer saber se o fato de o processo ter sido formalizado em 2013 e
585 estar sendo pautado agora decorre de uma complexidade de avaliação de
586 estudos ou da necessidade de novos estudos.” Josiany Gabriela de Brito
587 Josiane/Supram Leste Mineiro: “A razão de o processo ter sido pautado
588 somente agora, ter sido analisado pela Supram neste momento, é devido ao
589 passivo mesmo que todas as Suprams têm como problema real. Na medida em
590 que os processos estão sendo colocados em análise, eles estão sendo
591 pautados. Mas não foi devido à complexidade de estudos.” Conselheiro Newton
592 Reis de Oliveira Luz: “Eu queria consignar aqui o meu agradecimento à equipe
593 que analisou esse processo com relação à especificação de responsabilidade
594 técnica. Porque exatamente houve uma recomendação. A partir do momento
595 em que nós analisamos o Parecer Único e aparecia o responsável técnico por
596 uma série de atividades, se nós tomarmos por base a Lei 5.194, que

597 estabeleceu o critério de ART, e também a Resolução 218, que especifica
598 claramente quais são as atribuições correspondentes àquelas que são
599 colocadas lá, então, pedimos que eles fizessem uma vez que o profissional
600 indicado no Parecer Único tinha pedido baixa da sua respectiva ART. Então,
601 para todos os efeitos, aquele processo estava sem responsável técnico. E não
602 só a equipe da Supram, como também o próprio empreendedor, prontamente,
603 especificaram para cada atividade. Para nós é importante, como temos dito
604 aqui, reiteradamente, em outras oportunidades. A primeira coisa ao verificar a
605 ART é a consistência, se ela é real, porque o próprio Sisema já nos informou
606 diversas vezes sobre a ART falsa. A ART, basicamente, é um documento
607 impresso que o profissional ou o empreendedor apresentam dizendo que existe
608 o responsável técnico. Nós verificamos se existe para nós lá. Ao verificarmos
609 que aquela ART não existe, então, já estaria criado um embaraço ali, a
610 dificuldade maior. Quando vemos o profissional responsável técnico por uma
611 série de atividades, a própria Resolução 218 especifica claramente. Então, vai
612 aí um agradecimento não só à equipe do Leste, mas o José Augusto está aqui e
613 está fazendo a mesma coisa na Regional Centro-Oeste e os outros também. As
614 recomendações que nós fizemos visam exatamente à dar um respaldo maior
615 para as licenças que vocês fornecem na medida em que vocês asseguram que
616 os profissionais que estão assinando aquela responsabilidade técnica têm
617 atribuições específicas. Então, fica aqui o agradecimento meu, como
618 conselheiro, e do Crea.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado,
619 conselheiro. Realmente, naquele seminário de fiscalização que foi promovido,
620 nós identificamos várias oportunidades dessas integrações e comunicações de
621 conselhos profissionais de classe com relação às atividades de meio ambiente
622 que são exercidas.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Para
623 saber do assessor jurídico, para tentar entender. Essa questão de que, ao
624 formalizar um processo, automaticamente se cumpriu um rito. Então, uma
625 licença que, na realidade, vence continua valendo para a fase subsequente. Eu
626 tenho escutado que existe um arcabouço legal que embasa isso, e gostaria de
627 saber qual é a norma, porque, pela lógica, é a mesma coisa que estar com
628 prazo de validade de uma carteira de motorista vencido e, só pelo fato de que
629 deu entrada para uma nova carteira de motorista ou estar fazendo o que tem
630 que ser feito, você pode continuar dirigindo. Eu quero saber, só para poder
631 anotar, qual é o arcabouço legal, se isso é ad eterno ou se uma licença vencida,
632 só porque foi formalizada no prazo, passa a não ser vencida. E quanto tempo
633 isso vale. Para que possamos entender por parte da assessoria jurídica do
634 Sisema.” José Augusto/assessoria jurídica da CMI: “No caso, nós estamos
635 falando sobre o requisito de a Licença de Instalação estar válida antes da
636 formalização do processo de LO. A Licença de Instalação é uma autorização
637 feita pelo Estado, um ato administrativo, que permite que uma empresa instale
638 uma atividade potencialmente poluidora. Instalar. Para se formalizar o processo
639 de LO, principalmente com base na Resolução Conama 237 – claro, tem outros

640 normativos e vamos discorrendo sobre isso, a questão é o seguinte. A licença
641 estava válida, e ele formalizou o processo de LO, em 2013, pouco antes do
642 vencimento da LI. Então, o que seria uma vedação é ele continuar qualquer
643 instalação depois do vencimento da LI, o que não ocorreu. O requisito é que ele
644 formalize a LO antes de a LI estar vencida. Como isso ocorreu, foi atendido o
645 requisito. Ele não poderia instalar depois de 23 de novembro, salvo engano, e
646 não poderia operar, porque estamos com uma LO pura, que teria o caráter de
647 só viabilizar a operação quando da concessão da licença. Não cabe um termo
648 de ajustamento de conduta e tudo mais. Então, nesse caso, não existe
649 nenhuma previsão. Você colocou: ‘Qual é fundamentação?’ Tem a Conama
650 237, a Política Nacional de Meio Ambiente, a 21.972. E tem algumas coisas que
651 também não vêm expressas na norma, que vêm do entendimento do direito
652 ambiental, do direito administrativo. Mas o requisito lógico, e o que está sendo
653 abordado no caso aqui, é que a instalação ocorreu dentro do prazo, e ele entrou
654 com pedido de LO antes de vencer a LI. Agora, a LI estar valendo até a LO ser
655 concedida, não tem nada na norma que exige isso. Em respeito ao princípio da
656 legalidade, fundamento do direito administrativo, não tem porquê exigirmos isso
657 deles. Além disso, o processo foi analisado conforme as necessidades, ele não
658 estaria autorizado a instalar, como aparentemente não tem nenhuma
659 informação nesse sentido, nem a operar. A operação só vai ser autorizada
660 agora se porventura na deliberação se votar favorável. Então, seria essa
661 situação. Tem mais algum ponto?” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá
662 Couto: “José Augusto, eu tenho um entendimento um pouco diferente. Se uma
663 empresa instalou um empreendimento dentro da vigência da LI, por problema
664 mercadológico, faltou dinheiro, ela não é obrigada, dentro do prazo de vigência
665 da LI, a solicitar uma LO. Eu instalei dentro da vigência e posso pedir uma LO
666 dois, três anos depois que, inclusive, a LI tiver sido extinta. Você não pode
667 obrigar o empreendimento a pedir uma LO se ele já está instalado dentro
668 daquele prazo da LI. É esse entendimento que vocês têm também?” José
669 Augusto/assessoria jurídica da CMI: “Não tem nada expresso na norma que
670 diga que, para formalizar a LO, a LI precisa estar válida. O que a Resolução 237
671 do Conama exige é que, para se pedir uma LO, tem que ter uma LI. Como
672 advogado, sabemos que às vezes podem ter pontos de vista diferentes. O que
673 nós vemos na praxe do órgão ambiental é que, para se pedir a LO, a LI deve
674 estar vigente. Mas isso é algo que não tem nada expresso. Em observância
675 também do princípio da legalidade, de que a administração pública só pode
676 exigir algo se previsto na norma, e que também o particular só pode ser
677 obrigado a fazer algo senão em virtude da norma também, então, isso é algo
678 que está em aberto. Mas não é o ponto do caso em concreto, isso não foi
679 nenhum impedimento, então, não vemos nenhum óbice nesse sentido.
680 Infelizmente, essa questão do prazo é por questão de conjuntura. A SEMAD,
681 agora nos últimos anos, vem trabalhando para reduzir o passivo, está
682 invertendo uma tendência histórica, mas, infelizmente, entrou 2013, e tem

683 diversos processos que ficavam no passivo e não acabavam no tempo devido.
684 Mas isso nós vimos tentando, dentro do possível, resolver. Só para registrar
685 também, a colocação da avaliação ambiental integrada, pelo que vemos, isso
686 está sendo debatido internamente no Sisema, mas hoje não existe nenhuma
687 norma que exija isso. Então, também, por respeito ao princípio da legalidade,
688 não poderíamos solicitar para esse caso, nesse processo de mineração. E a
689 colocação com relação à proteção ao patrimônio espeleológico, em que pese
690 não ter sido solicitado na LP + LI, não verificamos nenhum óbice, nenhum
691 prejuízo à proteção espeleológica, conforme foi colocado aqui. Foi esclarecido
692 que teria apenas um impacto reversível. O que a legislação, o Decreto
693 6.640/2008, veda são impactos irreversíveis, que aí, sim, deveria se ter uma
694 autorização pelo órgão ambiental, às vezes, até passíveis de compensação. No
695 caso, não teve nenhum prejuízo, e não se justificaria autotutela de algo que foi
696 confirmado que não está tendo impacto. Uma região que, pelo parecer, na folha
697 4, pela IDE, está com baixo potencial de ocorrência de cavidades. Se está em
698 uma área de baixo potencial, depois ainda, até por prudência, foi pedido o
699 estudo, e não verificado impacto irreversível, pela Conama 347, o Decreto
700 6.640, tudo está atendido e está resguardado. Então, não vemos nenhum
701 impeditivo também para essa parte estar em conformidade para ser levada para
702 decisão.” Conselheira Adriana Alves Pereira Wilken: “Só uma observação,
703 porque o José Augusto falou que não há, legalmente falando, obrigação de se
704 tratar dos impactos cumulativos e sinérgicos, o que se falou da avaliação
705 ambiental integrada, mas na Resolução Conama 1/86 está claro que os
706 impactos cumulativos e sinérgicos, na avaliação de impacto ambiental de
707 projetos, devem ser contemplados. Isso está na Resolução Conama 1/86. O
708 problema é que, nos nossos termos de referência aqui no Estado, não tem nada
709 falando sobre esse item nos estudos ambientais. E avaliação ambiental
710 integrada é isso, é a avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos. Inclusive,
711 tem uma DN do COPAM que fala sobre isso em hidrelétricas em bacias
712 hidrográficas. Mas, enquanto tem na Resolução Conama 1/86, no meu
713 entendimento, seria, sim, obrigatória essa consideração.” José
714 Augusto/assessoria jurídica da CMI: “Só para tentar esclarecer o que eu quis
715 dizer é porque no direito há algumas coisas que têm a precisão terminológica, a
716 palavra conceitual. De fato, na Conama 01 existem questões – e isso também
717 eu acho que é incontroverso –, é bem claro que no licenciamento têm que ser
718 considerados impactos sinérgicos e cumulativos e ser vista a questão de
719 maneira abrangente. Até porque isso é uma premissa até do estudo de impacto
720 ambiental que, para as minerações, na maior parte dos casos, é aplicável.
721 Agora, o que eu quis dizer é que não tem aquele instituto específico, igual tem
722 aquele procedimento das hidrelétricas que têm avaliação ambiental integrada.
723 Dependendo de alguns casos de algumas bacias hidrográficas, inclusive, há o
724 que sobresta o procedimento da hidrelétrica até que essa avaliação ambiental
725 integrada seja realizada. Quando eu me manifestei, eu disse sobre esse

726 instrumento que já é feito pela SEMAD para hidrelétricas, que ainda não existe
727 um normativo específico para mineração. Mas vemos que isso vem sendo
728 debatido, não sei se depois vai ser ou não construído, mas, sem dúvida
729 nenhuma, essa colocação de que os impactos cumulativos e sinérgicos, a
730 questão do entorno, isso tem que ser considerado certamente, e nós
731 consideramos que, provavelmente, foi analisado pelos técnicos e tem sido em
732 todos os processos. Com isso também eu estou de acordo.” Conselheira
733 Adriana Alves Pereira Wilken: “Só finalizando, porque a Maria Teresa e eu, tem
734 dois anos que estamos falando isso aqui nesta Câmara. Eu já propus um grupo
735 de trabalho há muito tempo. Carece de instruções técnicas, sim, ninguém sabe
736 fazer, isso é fato. Não está sendo contemplado em lugar nenhum. Os técnicos
737 estão olhando? Não estão olhando, porque não está sendo feito nos estudos.
738 Essa DN do COPAM, das hidrelétricas, é uma instrução normativa, e para
739 mineração não tem essa instrução normativa. Então, nós temos que avançar
740 nessa área, estamos falando isso aqui o tempo todo. O Fonasc sempre traz nos
741 pareceres técnicos que carecem de avaliação ambiental integrada, e não têm.
742 Enquanto não sentarmos e discutirmos tecnicamente como vamos fazer isso,
743 nós vamos continuar falando que não tem.” Conselheira Maria Teresa Viana de
744 Freitas Corujo: “Primeiro, dizer que realmente não é por falta de demanda. Eu
745 tinha até anotado aqui também para falar isso, existe, sim, um arcabouço legal
746 em nível federal, que isso deveria fazer parte dos processos de licenciamento.
747 Para nós, é muito claro por que não existe. Não existe porque, politicamente,
748 não interessa ao setor, e isso acaba que o Estado, quaisquer que sejam as
749 gestões, não faz isso. Eu não tenho aqui no momento como abrir a auditoria do
750 TCE, mas me parece que essa questão da avaliação ambiental integrada é
751 tratada também dentro da auditoria como uma falha da SEMAD. E eu quero
752 requerer que a manifestação por parte do assessor jurídico conste, na íntegra,
753 na ata. Eu tenho que sair, porque tenho que ir para Rio Acima, a uma reunião, e
754 quero já deixar o meu voto contrário a esse licenciamento pelas razões
755 apontadas no parecer de vista e durante a discussão, porque senão eu coloco
756 em risco o meu outro compromisso.” Presidente Breno Esteves Lasmar: “Eu
757 pergunto aos conselheiros se há algum esclarecimento adicional que o
758 empreendedor possa trazer ou se nós temos condições de colocar em votação.
759 Vamos colocar, então, em votação o processo 5.2 da pauta, Vale S/A, PA nº
760 00118/1986/045/2013. Peço aos senhores conselheiros, por favor, que
761 manifestem seus votos. Votos favoráveis: Ibram, Sindiextra, Crea, Segov,
762 Sedectes, Codemig, Ibama, Cefet e Seccri. O voto contrário do Fonasc foi
763 registrado. Ausência: DNPM e Federaminas.” **6) PROCESSO**
764 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
765 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Vale S/A. Mina de**
766 **Brucutu. Expansão Cava da Divisa. Pilhas de rejeito/estéril. São Gonçalo**
767 **do Rio Abaixo e Barão de Cocais/MG. PA 00022/1995/070/2017, DNPM**
768 **6.474/1948;5.441/1958; 8.337/1960; 3.963/1962; 1.246/1963; 2.185/1965;**

769 **81.6623/1972; 80.2189/1975;83.0370/1985; 830696/1990; 830024/1993;**
770 **830172/2001; 814416/1974; 810125/1975;803674/1976; 83.0892/1980;**
771 **83.0477/1988; 83.0289/1989; 83.1102/1990; 83.2237/2001;83.1244/2005 e**
772 **83.1958/2003. Classe 6. Apresentação: Suppri.** Processo retirado de pauta
773 com pedidos de vista do Fonasc, Sindiextra e Ibram. Décio Geraldo dos Santos,
774 prefeito de Barão de Cocais: “Eu gostaria de pedir novamente aos conselheiros
775 uma ajuda. Hoje nós administramos a cidade com decreto de calamidade
776 financeira. Infelizmente, hoje estamos demitindo 14 médicos. Eu queria pedir
777 aos conselheiros que nos ajudassem a desempenhar nossa principal atividade
778 financeira, que é minerar. A cidade hoje minera 1 kg de minério, e realmente um
779 mês para quem está desesperado é muito tempo. Então, eu gostaria de pedir
780 esse bom senso a vocês que nos ajudassem. Realmente, hoje nós vivemos
781 uma situação muito difícil.” Leonei Moraes Pires/Presidente da Câmara
782 Municipal de Barão de Cocais: “Eu quero reforçar o pedido do prefeito. A nossa
783 cidade foi fundada em 29 de agosto de 1703, por mineradores, tem 340 km²,
784 tudo minério, e nós somos hoje a maior jazida mineral do Estado e não
785 mineramos. Com o fechamento das atividades desde 2015, o município teve
786 uma queda na arrecadação, e agora, com a falta de repasse, a coisa piorou. O
787 prefeito mandou embora 14 médicos, nós fechamos o 4º andar do hospital, que
788 é 100% SUS. Eu disse na última reunião que ia começar a morrer pessoas, e já
789 começou a morrer pessoas. Eu sei que vocês fazem o melhor trabalho possível,
790 mas nós agora já não temos combustível para manter a frota, vamos mandar
791 todos os funcionários que são encarregados embora, e os salários agora são
792 parcelados, dias 7 e 14, e realmente estamos em uma situação de aflição. Nós
793 viemos fazer esse pedido de ajuda. Que na próxima reunião possam apreciar
794 com carinho e atenção, porque se não minerarmos não teremos mais o que
795 fazer. É fechar, e vamos vir aqui acampar em frente. No dia 19, nós estaremos
796 acampados em frente ao Palácio da Liberdade, vamos começar a dormir na
797 praça, em protesto. Nós somos uma cidade que tem 2 bilhões de jazidas de
798 minério de ferro, e o povo está morrendo, o povo não tem emprego, nós
799 estamos fechando o nosso hospital. Vocês não sabem o que é mandar 14
800 médicos embora. Então, nós precisamos muito dessa sensibilidade e desse
801 carinho. Muito obrigado pela atenção de todos.” Presidente Breno Esteves
802 Lasmar: “Senhor prefeito e senhor presidente da Câmara, o nosso compromisso
803 aqui é de retornar com esse processo na primeira reunião subsequente a essa,
804 conforme regra regimental. Nós vamos levar o pedido de sensibilização que
805 vocês fizeram aos nossos secretários para que eles possam verificar a data
806 oportuna para a realização. Assim que agendada essa reunião, eu peço à
807 Secretaria Executiva que informe aos senhores, para que possam se
808 tranquilizar.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Como foi
809 trazido o assunto, que tem a ver realmente com o assunto a que o Fonasc pediu
810 vista, e aproveitando que estão aqui o presidente da Câmara e o prefeito, deixar
811 o olhar que nós temos sobre essa questão de Barão de Cocais e da mineração.

812 É importante, porque é um direito. Nós vemos que, quando pedimos vista, é
813 precisamente com a preocupação de olhar devidamente as questões
814 minerárias. Nós tramitamos em uma outra forma, em um outro entendimento.
815 Nós não acreditamos que municípios têm que ficar reféns, só porque têm
816 minério, têm que caminhar eternamente reféns de que têm que minerar todo o
817 potencial. Barão de Cocais, para nós, está caminhando para suceder a Itabira
818 no seu destino atual. A Vale está em fase final – vocês viram a quantidade de
819 barragens de rejeito – e está informando em Itabira que está mais para a fase
820 final e que vai fechar as portas. E vai ficar um passivo, e nenhuma outra
821 alternativa econômica, porque o insumo água não tem como possibilidade.
822 Itabira vem buscando uma outra alternativa econômica, pós-mineração, e não
823 encontra. Então, nós, da sociedade, lamentamos. Entendemos a situação que é
824 colocada sempre do aqui agora, financeira. Eu não estou tendo conhecimento
825 de que a mina de Brucutu está parada, porque, inclusive, se estivesse parada,
826 sem extrair minério, isso deveria ter sido comunicado. Esse processo que está
827 em licenciamento, que nós pedimos vista, é Vale S/A, mina de Brucutu,
828 expansão Cava da Divisa, municípios Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio
829 Abaixo. Deixar claro que nós entendemos que o poder público tem que mudar a
830 sua forma também de olhar a mineração. Para ficar registrado, assim como
831 vocês trouxeram um apelo para que se licencie porque o município todo tem
832 potencial, saber que a sociedade civil – as organizações, não estou dizendo que
833 é toda a população – olha de uma outra forma, e nós não podemos continuar
834 reféns desse modelo. Nós vimos o que Mariana está passando por esse mesmo
835 modelo de refém e subserviente à mineração. Barão de Cocais está seguindo o
836 mesmo caminho, e nós acompanhamos desde o início quando começou esse
837 modelo. Vocês estão agora neste momento na prefeitura e na Câmara, e o
838 município de vocês vai ser muito além disso, vai ser para os filhos de quem está
839 lá hoje, para os netos, e esse caminho está Itabira aí como exemplo.” **7)**
840 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.**
841 **7.1) Vale S/A. Barragem Forquilha V. Mina de Fábrica. Barragem de**
842 **contenção de rejeitos/resíduos. Ouro Preto/MG. PA 15195/2007/097/2017,**
843 **DNPM 930.925/2005. Classe 6. Apresentação: Supram Central**
844 **Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedidos de vista do Fonasc,
845 Sindiextra e Ibram. **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
846 serem tratados, o presidente Breno Esteves Lasmar agradeceu a presença de
847 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Breno Esteves Lasmar
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias